



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

### ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, às quatorze horas, na Diretoria da Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, situada na Rua Goitacases nº 1475, 13º andar, nesta Capital, reuniram-se os membros do Grupo Estratégico, designado pela Portaria GP/DG nº 38/2010, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT de 28 de maio de 2010, para o Biênio 2010/2011, para a realização da segunda Reunião de Análise da Estratégia RAE do TRT da 3ª Região. Presentes a Diretora-Geral em exercício e coordenadora da Reunião de Análise da Estratégia, Sandra Pimentel Mendes; o Diretor Judiciário, Ricardo Oliveira Marques; o assessor da Presidência, Paulo Henrique Canabrava Haddad, representando o Secretário-Geral da Presidência, Demóstenes Silva; a servidora Andréa Borges da Costa, representando o Secretário da Corregedoria, Lucas Fernandes Viana, e o Assessor do Corregedor, Ricardo Silva Estevanovic; o Assessor da Escola Judicial, Ronaldo da Silva; a Assessora de Planejamento Estratégico, Patrícia Helena dos Reis; o Assessor de Apoio à 1ª Instância, Sylvio Túlio Peixoto; o Coordenador Financeiro, Herce Martins Pontes; a servidora Marisa Campos Vieira Salomão, representando o Coordenador de Informática, Roberto Rodrigues da Costa; a Diretora de Coordenação Administrativa, em exercício, Cynthia Pereira da Silva, o Diretor de Arquivo-Geral, Cláudio Pena Rocha; o Diretor de Engenharia, Hudson Luiz Guimarães; a Diretora de Material e Patrimônio, Cláudia Sampaio Gonçalves; a Diretora de Recursos Humanos, Maria Beatriz Abreu Rodrigues de Souza e o Diretor de Saúde, Geraldo Mendes Diniz. Ausência justificada da Assessora de Comunicação Social, Adriana Spinelli e do Diretor de Apoio Administrativo, Marcos Alfredo Costa Ribeiro. Presentes à reunião, como convidados, o Assessor de Apoio Externo Institucional, Paulo Márcio Diniz, o Assessor da Diretoria-Geral, Guilherme Augusto de Araújo; o Assistente da Presidência, Sérgio Murilo Ribeiro dos Santos; o Diretor de Orçamento e Finanças, Pedro Lamounier de Carvalho e as assistentes Danuza Pereira Mantuano, membro da Gestão ambiental, Liégia Maciel de Oliveira e Maricília Marques da Silva Zocrato, da Assessoria de Planejamento Estratégico. Abrindo a reunião, a Diretora-Geral, em exercício, Sandra Pimentel Mendes, saudou os presentes, agradecendo a presença de todos e assinalando que a 3ª RAE marca o encerramento do planejamento estratégico de 2010 e o início das atividades de 2011, ressaltando a importância da participação de todos na etapa que ora se inicia. Com a palavra, a Assessora de Planejamento Estratégico, Patrícia Helena dos Reis, solicitou aos participantes proceder à aprovação e assinatura da ata da RAE anterior. Destacando as atribuições do Grupo Estratégico, definidas pela Portaria GP/DG/38, e o objetivo da RAE, constante da Portaria GP/DG/39/21010, a Assessora observou que, pela primeira vez, desde a implantação do Planejamento Estratégico do TRT3, a RAE teria como foco as medições e os resultados da estratégia, lembrando que as reuniões anteriores foram voltadas principalmente para o entendimento da metodologia. Discorrendo sobre o desempenho da estratégia no ano de 2010, a Sra. Patrícia explicou inicialmente o critério de cores adotado para visualização do status de cada indicador e demonstrou, por meio de gráfico, a situação da implementação do BSC no Tribunal, assinalando que 49% dos indicadores



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

estratégicos atingiram nível maior ou igual a 90% de alcance da meta. Segundo a Assessora, 36% dos indicadores ficaram entre 60% e 90% da meta estipulada, ao passo que 12% destes mantiveram-se abaixo dos 60%. Indicadores não disponíveis compuseram os 3% restantes. Na sequência, Patrícia Reis passou a analisar cada um dos indicadores, como se segue:

INDICADOR 01 *Índice de Confiança no Poder Judiciário*: Indicador não disponível em virtude de não ter sido realizada pesquisa específica pelo Conselho Nacional de Justiça em 2010; INDICADOR 02 *Índice de satisfação do cliente*: Indicador não disponível em virtude de estar sendo licitada, pelo Conselho Nacional de Justiça, pesquisa para realização em nível nacional; INDICADOR 03 *Taxa de congestionamento na fase de conhecimento*: a meta não foi atingida, embora tenha ocorrido uma queda de 2% da taxa de congestionamento ao longo do ano de 2010 (45% no 1º semestre para 43% no 2º semestre); INDICADOR 04 *Índice de virtualização dos processos novos*: Indicador não disponível em virtude de não ter sido estipulada meta e implementado, até o presente momento, o processo eletrônico no TRT – 3ª Região. O projeto está em fase de teste na VT de Nova Lima; INDICADOR 05 *Eficiência operacional*: Indicador não disponível em virtude de não ter sido estipulada meta. Na oportunidade, foi informado que o valor da despesa por processo no exercício de 2010, na 1ª Instância, foi de R\$3.119,94, sendo de R\$2.202,67 na 2ª Instância. INDICADOR 06 *Taxa de congestionamento na fase de execução*: Pode-se considerar que a meta de reduzir em 10% a taxa de congestionamento na fase de execução em 2010 foi alcançada, de modo a atingir o respectivo objetivo estratégico “garantir a efetividade na execução das decisões judiciais”; INDICADOR 07 *Índice de acesso à justiça*. Meta prevista para 2014 já alcançada. O TRT – 3ª Região oferece o serviço e-doc - Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos da Justiça do Trabalho, atendendo 100% dos municípios que compõem sua jurisdição, ou seja, as 853 cidades mineiras. INDICADOR 08 *Índice de sucesso na execução dos projetos socioambientais*: Ainda que a meta estabelecida para 2010 não tenha sido atingida, o resultado foi muito próximo do estipulado, demonstrando que a instituição está no rumo certo e com excelentes perspectivas para 2011. INDICADOR 09 *Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais*: Meta alcançada. O exame do desempenho do indicador apresenta um aumento significativo do número de beneficiados pelos projetos sociais, na ordem de 21,39%. Ressalta-se que tal fato deve-se em parte à falta de servidores do quadro efetivo para suprir as necessidades das diversas unidades. INDICADOR 10 *Taxa de crescimento de atividades de integração*: Indicador não disponível em virtude de não ter sido calculada a linha de base em 2009, embora tenham sido realizadas pela Administração 09 reuniões para promover a integração no exercício de 2010. INDICADOR 11 *Índice de disseminação do Planejamento Estratégico*. Meta ultrapassada com larga margem No exercício de 2010 foram envidados esforços na disseminação do Planejamento Estratégico para todos os magistrados e servidores do Regional, pois entende-se que o conhecimento deste mecanismo de gestão é que permitirá alavancar os resultados institucionais. INDICADOR 12 *Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos*. Meta largamente ultrapassada. O resultado deste indicador demonstra os esforços envidados pelas diversas unidades para que se cumpram as metas estipuladas, o que se realiza por meio das iniciativas estratégicas. INDICADOR



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

13 *Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet*: A meta estipulada foi alcançada, reforçando o compromisso institucional com a transparência de seus atos administrativos e financeiros; INDICADOR 14 *Índice de inserções institucionais na mídia*: Indicador não disponível, em virtude de não ter sido calculada a linha de base em 2009. Registre-se, entretanto a incidência de 328 inserções institucionais na mídia no exercício de 2010. A Assessora ressaltou que estes dados poderão configurar a linha de base do indicador em 2010, possibilitando a definição de metas anuais; INDICADOR 15. *Índice de matérias institucionais positivas*. A análise de desempenho deste indicador evidencia o resultado positivo, com superação da meta estabelecida, tendo alcançado 44,20% de inserções positivas. INDICADOR 16 *Índice de capacitação nas competências estratégicas*: A Meta foi alcançada. O resultado deste indicador demonstra a priorização de ações de capacitação nas competências estratégicas empreendidas pelo TRT, possibilitando alavancar a meta, de modo a atingir o objetivo estratégico de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores. INDICADOR 17 *Índice de atendimento do Plano Nacional de Capacitação*: Indicador não disponível, em virtude de não ter sido disponibilizado o Plano Nacional de Capacitação pelo Conselho Nacional de Justiça em 2010. Neste sentido, a Sr<sup>a</sup> Patrícia Reis mencionou a recente publicação, pelo CNJ, da Resolução nº 126, de 22 de fevereiro de 2011, que aprovou o Plano Nacional de Capacitação Judicial de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, o que viabilizará a medição deste indicador. INDICADOR 18 *Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação*. O resultado da meta estabelecida para o indicador está acima do estipulado, evidenciando o foco dado pela Administração na capacitação de magistrados e servidores. INDICADOR 19 *Índice de ações de capacitação*: A análise do resultado deste indicador permite concluir que as unidades envolvidas estão se empenhando para o cumprimento da meta, superando as expectativas e abrindo espaço para que o TRT aprimore cada vez mais a sua prestação jurisdicional. INDICADOR 20 *Índice de magistrados e servidores capacitados*: A meta estabelecida para este indicador foi superada, reforçando, juntamente com os resultados obtidos nos indicadores 16 e 19, a ênfase dada pela Administração na capacitação de seus magistrados e servidores; INDICADOR 21 *Índice do Clima Organizacional*: Indicador não disponível em virtude de estar sendo licitada, pelo Conselho Nacional de Justiça, pesquisa para realização em nível nacional; INDICADOR 22 *Índice de unidades consideradas seguras*: Indicador não disponível em virtude de não ter sido estipulada meta. Todavia, os dados apurados em 2010 demonstram que, entre as 75 unidades do TRT, 18 possuem critérios de segurança satisfatórios, perfazendo um total de 24% das unidades. A Assessora lembrou que estas informações passam a compor a linha de base do indicador, permitindo, portanto, o estabelecimento de metas do indicador para os anos subsequentes. INDICADOR 23 *Índice de satisfação com as instalações físicas*: Indicador não disponível em virtude de estar sendo licitada, pelo Conselho Nacional de Justiça, pesquisa para realização em nível nacional; INDICADOR 24 *Índice de condições de trabalho*: Ainda que a meta estipulada para 2010 não tenha sido alcançada, merece destaque o fato de que os dados de 2009 não foram devidamente apurados na ocasião, sendo necessário reavaliar a meta; INDICADOR 25 *Índice de aderência às metas do PETI*: Indicador não disponível em virtude de não ter sido estipulada meta e



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

calculada a linha de base em 2009, uma vez que o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação foi aprovado por meio da Resolução Administrativa nº 191/2010 em 16 de dezembro de 2010; INDICADOR 26 *Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia*: O resultado do desempenho do indicador foi positivo, demonstrando que a meta estabelecida para o exercício de 2010 foi superada; INDICADOR 27 *Índice de disponibilidade de sistemas on-line*: Verifica-se com o resultado do indicador que a meta estabelecida para 2010 foi superada; INDICADOR 28 *Índice de orçamento estratégico*: Indicador não disponível em virtude de não ter sido estipulada meta. O orçamento disponibilizado no exercício 2010 para as iniciativas estratégicas perfaz 1,23% da verba orçamentária total do TRT - 3ª Região; INDICADOR 29 *Índice de execução do orçamento estratégico*: A meta estipulada para 2010 foi superada, permitindo que o objetivo estratégico “assegurar recursos orçamentários para a execução das estratégias” fosse cumprido; INDICADOR 30 *Índice de execução do orçamento disponibilizado*: A meta estipulada para 2010 foi superada, permitindo o cumprimento do objetivo estratégico “otimizar a alocação de recursos”; INDICADOR 31 *Índice de celeridade processual- Rito Sumaríssimo*: A análise de desempenho deste indicador demonstra que 84,37% da meta estipulada foi alcançada. Observa-se uma evolução positiva, considerando que houve uma elevação no número de Varas do Trabalho cumprindo o prazo legal de 15 dias do rito sumaríssimo, de 63% no 1º semestre para 73% no 2º semestre; INDICADOR 32 *Índice de Celeridade Processual-Audiência Inaugural Ordinária*: A meta, que estipulava o prazo de 28 dias para a realização, pelas Varas do Trabalho, da audiência inaugural ordinária, não foi atingida. No cômputo final, 49,63% das unidades de 1ª Instância cumpriram o prazo supracitado; INDICADOR 33 *Índice de celeridade processual – Audiência de Instrução*: O prazo médio, em 2010, para audiência inaugural foi de 130 dias, sendo que 29,93% das Varas do Trabalho cumpriram o prazo de 100 dias fixado pelo indicador. A meta, portanto, não foi alcançada. Concluída a exposição dos indicadores e metas, a Assessora passou a discorrer sobre a implementação das iniciativas estratégicas, esclarecendo que, em face do número de ações consignadas no Planejamento Estratégico (um total de 71), iria ater-se ao demonstrativo percentual geral dos projetos em andamento. Dito isto, e utilizando-se de gráficos, a Sra. Patrícia esclareceu que a grande maioria das ações (89%) encontram-se com andamento normal, sendo que apenas 2% apresentam atrasos, não considerados críticos; 3% das iniciativas estão com problemas, requerendo ajustes e que 2% das ações estratégicas, embora definidas, não foram iniciadas. Informou ainda que, em 2% dos casos, a iniciativa foi definida, mas o planejamento não foi iniciado. Relatando a incidência de 2% de projetos excluídos, a pedido das unidades responsáveis, ela atestou que a exclusão de projetos é válida, em virtude do caráter dinâmico do Planejamento Estratégico, e destacou que este deve ser permanentemente revisto e atualizado. Mediante justificativa, projetos podem ser alterados ou mesmo excluídos, informou a Assessora. Ela esclareceu ainda que o mesmo raciocínio aplica-se às metas dos indicadores, que também poderão ser revistas, para cima ou para baixo, uma vez que, na projeção inicial, algumas metas foram superdimensionadas e outras subestimadas, em face da inexistência de uma linha de base à época. Destacou também a importância de que os gestores estejam atentos ao desempenho dos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

indicadores e metas sob a sua responsabilidade, de forma a corrigir os rumos das iniciativas/projetos ou, se necessário, propor novas ações, em tempo hábil, de forma a assegurar o alcance das metas. Patrícia Reis esclareceu ainda que, atendendo ao disposto no art. 191-A, § 2º, do Regimento Interno, os pedidos relativos à alteração/inclusão/exclusão de projetos ou as solicitações de revisão de indicadores e metas deverão ser formalizados e encaminhados pelas unidades à Assessoria de Planejamento Estratégico até o dia 29 de abril de 2011, para posterior encaminhamento à Comissão de Planejamento Estratégico e ao Tribunal Pleno, que apreciará a matéria na sessão plenária do mês de junho. Informou ainda que será enviado e-mail a todos os integrantes do Grupo Estratégico nesse sentido. Concluindo os trabalhos, a Assessora agradeceu a presença de todos e cientificou os presentes de que os slides que compuseram a apresentação da RAE, contendo os gráficos dos indicadores e demais informações, serão reunidos em relatório a ser apresentado à Comissão de Planejamento Estratégico. Tendo reiterado a disposição da Assessoria de Planejamento Estratégico para o esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao assunto, encerrou sua participação. Na sequência, os Srs. Ricardo Marques Oliveira e Sérgio Murilo Ribeiro dos Santos, presentes ao encontro, e que, a partir do dia 1º de março de 2011 assumirão respectivamente os cargos de Diretor-Geral e de Diretor de Coordenação Administrativa do Tribunal, manifestaram-se, enfatizando seu apoio ao trabalho que vem sendo realizado na área do Planejamento Estratégico. Para constar eu, Patrícia Helena dos Reis, Assessora de Planejamento Estratégico, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

Sandra Pimentel Mendes

Ricardo Oliveira Marques

Paulo Henrique Canabrava Haddad

Andréa Borges da Costa

Ronaldo da Silva

Sylvio Túlio Peixoto

Herce Martins Pontes

Marisa Campos Vieira Salomão



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

Cynthia Pereira da Silva

Cláudio Pena Rocha

Hudson Luiz Guimarães

Cláudia Sampaio Gonçalves

Maria Beatriz Abreu Rodrigues de Souza

Geraldo Mendes Diniz

Paulo Márcio Diniz

Guilherme Augusto de Araújo

Sérgio Murilo Ribeiro dos Santos

Pedro Lamounier de Carvalho

Danuza Pereira Mantuano

Liégia Maciel de Oliveira

Maricília Zocarato